



**Informação nº:** 119/2023 – GAB/SEFIPE

Brasília (DF), 8 de dezembro de 2023.

**Processo nº:** 00600-00015532/2023-78-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Educação - SE/DF  
Casa Civil  
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF –  
SEPLAD/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação nº 13/2023-G4P/ML - oferecida pelo Ministério Público de Contas em virtude de denúncia acerca possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, relacionadas à contratação de professores temporários para compor o quadro de docentes do GDF (e-doc 13292DAE-e).

**Admissibilidade. Pelo conhecimento. Oitiva dos órgãos envolvidos.**

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
Representante:	Ministério Público de Contas do DF.
Teor da Representação:	Ocorrência de possíveis irregularidades na crescente contratação de professores temporários em detrimento de professores efetivos.

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - O Representante é legitimado?	SIM	art. 230, IV, do RI/TCDF.
2.2 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.3 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.4 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou	<b>SIM</b>	-

## 2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

ilegalidade identificada (inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?

Preliminarmente o ilustre representante do *Parquet* especializado ressalta que recebeu denúncias acerca de possíveis irregularidades cometidas pela SEE/DF, relacionadas à contratação de professores temporários para compor o quadro de docentes do GDF.

Relembra o MPC que a matéria não é nova no âmbito do *Parquet* especial e tampouco desta Corte de Contas, no entanto, há nuance que merece ser averiguada com cautela pelo Tribunal, sob ótica diversa daquelas já enfrentadas.

Destaca que a irresignação encaminhada ao MPC/DF diz respeito ao evidente crescimento do número de professores temporários na força de trabalho da SEE/DF, em contraponto à redução do quantitativo de professores efetivos que integram o quadro de pessoal daquela Pasta.

Nesse ponto, ressalta que a denúncia aduz que a SEE/DF “*tem recorrido a contratações temporárias de forma **inadequada** para suprir a carência de professores*”, o que pode ser confirmado com informações retiradas do Portal da Transparência do Distrito Federal, as quais apontam, de um lado, que “*o declínio na quantidade de professores efetivos permanece em **quadro contínuo** e sem uma justificativa plausível, ao passo que houve um **aumento no número de aposentadorias**, enquanto a reposição desses servidores não foi efetuada conforme o esperado*” e, de outro, que, “*a contratação de professores **temporários**, (...), apresenta **aumento constante**, confirmando a tendência anteriormente demonstrada.*”

O MPC destaca, em tabela, a situação trazida ao MP de Contas indicando uma variação nos quantitativos de professores ativos, aposentados e temporários da SEE/DF nos meses de julho de 2014 e abril de 2023, revelando esse crescente aumento de temporários com redução dos efetivos.

Ademais, nos termos da manifestação endereçada ao *Parquet* de Contas, o modelo de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da CF/1988, vem sendo utilizado pela SEE/DF não como resultado de uma circunstância transitória, mas sim, de uma política sistemática que, persistentemente, desconsidera os preceitos da Lei nº 4.266/2008.

De acordo com o aventado, a Pasta de Educação se utiliza, indevidamente, das **carências remanescentes** como justificativa para a “**contratação temporária irregular**”. Esse é o ponto central que permeia as irresignações e que merece ser avaliada com minúcia pela Corte.

Nesse contexto, a denúncia ressalta ainda que as referidas carências remanescentes “*Carências Início do Ano Letivo*” e “*Abertura de Novas Turmas*” ocorrem “*porque no início do ano os professores efetivos escolhem suas turmas e escolas durante os remanejamentos externos e internos, ao final de todos esses procedimentos, sempre ocorre a mesma situação, existem mais vagas do que professores.*” E continua, “*Assim, sobram vagas e faltam servidores efetivos para assumir esses postos, isso não ocorre por qualquer situação atípica, imprevisível, na verdade, é a simples consequência de existirem menos professores concursados para o número de vagas existentes*”.

Prossegue, afirmando que tal situação não ocorre apenas de um ano para o outro, em razão, por exemplo, da aposentadoria de um professor efetivo. Para explicar a utilização, pela

## 2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

SEE/DF, da justificativa indevida de “carência remanescente”, relembra o caso do Centro de Ensino Fundamental 10 do Gama, que, no ano de 2016, convocou 1 professor temporário para suprir a vaga do professor de educação física, efetivo, que se aposentou em 8/7/2016.

Nesse contexto, salienta que, não obstante a SEE/DF tenha tido o segundo semestre daquele ano letivo para providenciar a convocação de outro professor efetivo para ocupar a vaga deixada pelo professor aposentado, no início de 2017, o CEF 10 do Gama permaneceu sem professor de educação física, tendo convocado outra professora temporária para ocupar a “famigerada carência remanescente”, situação que perdurou todo o ano de 2017 e, ainda, se repetiu no exercício de 2018, desta feita com outra professora temporária, que exerceu o cargo de forma “provisória” naquele ano.

Ainda, repisou que, naquela oportunidade, “o Distrito Federal apresentou planilha detalhada que revela uma série substancial de substituições desprovidas de fundamento, em que não consta o nome do professor substituído, enquanto as justificativas para a substituição fazem menção às expressões ‘CARÊNCIAS REMANESCENTES (Carências Início do Ano Letivo)’ e ‘CARÊNCIAS REMANESCENTES (Abertura de Novas Turmas)’”.

Acrescenta que, mesmo atualmente, a SEE/DF não observa as condições estabelecidas na **Portaria nº 895/2023**, no que se refere às carências, noticiando que no início do ano de 2023, houve ampla divulgação, pelas Coordenações Regionais de Ensino do DF – CREs, visando à convocação de professor substituto para bloqueio de carências do ano letivo.

Acrescenta que, a teor do normativo, a carência remanescente não necessariamente é temporária. Desse modo, entende pertinente que o Distrito Federal, por meio da SEE/DF, apresente, de forma atualizada, a partir de junho de 2018, último mês dos registros anteriores, a “Relação de Professores Substitutos x substituídos por Motivo”, fazendo constar “o nome do professor substituto, o nome do professor substituído, a escola para o qual foi designado, o período de substituição, bem como a descrição do afastamento”, a fim de tornar clara a compreensão do processo de preenchimento de vacâncias e das medidas adotadas, pela Pasta, para suprir as carências efetivas, o que, segundo o denunciado, não passa de uma forma de encobrir a irregularidade das contratações temporárias.

O MPC/DF ressalta que a denúncia considera necessário que a SEE/DF disponibilize dados concretos relativos ao montante global de despesas destinadas aos professores efetivos, o montante das despesas relacionadas aos professores temporários, além da análise da proporção entre tais despesas, considerando que as informações contidas no sistema de educação nos anos de 2022 e 2023 apresenta números dispersos e sem clareza.

Pondera ainda que a contratação de temporários se revela mais econômica para o GDF em comparação a nomeação de professor efetivo da Carreira Magistério Público.

No intuito de corroborar suas alegações, os autores da denúncia mencionaram a realização de pesquisa (anexo III – peça 3) com a finalidade de apresentar, por amostragem, a situação dos professores substitutos temporários contratados pela SEE/DF que ocupam vagas remanescentes e/ou atuam em vacância de cargo efetivo.

Destacou ainda recente matéria divulgada na edição de 5/11/2023 do jornal Correio Braziliense, dando conta da crise por que passa a SEE/DF, onde “Faltam professores efetivos nas escolas do DF” e que apresenta “déficit de 15 mil docentes, segundo estimativa de Comissão da Câmara Legislativa”, em que pese a existência de candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 31/2022 (DODF nº 122, de 1º/7/2022), aptos à nomeação, considerando a homologação do resultado final publicada no Edital nº 40/2023

## 2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

(DODF nº 141, de 27/7/2023).

O MPC ressalta que, para apuração do tema, requereu informações acerca do cronograma de nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regulado pelo Edital nº 31/2022; da existência de similaridade entre as atribuições/atividades dos cargos relacionados ao processo seletivo para professor substituto temporário e aquelas dos cargos do referido concurso; e dos critérios de convocação dos professores temporários, a fim de evitar a ocorrência de preterição de vagas de professores efetivos aprovados no concurso e que aguardam nomeação.

Em resposta, a SEE/DF informou que está envidando esforços para realizar a nomeação dos candidatos aprovados no concurso do Edital nº 31/2022, dentro no número de vagas previsto no certame, cuja tramitação perpassa a área de gestão de pessoas e orçamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEPLAD e, posteriormente, segue para autorização da Casa Civil. Não foi apresentado qualquer cronograma para a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público.

A Pasta esclareceu ainda que os Professores Substitutos temporários suprem a ausência dos docentes efetivos e, embora haja similaridade entre as suas atribuições em sede de regência de sala de aula, sob pena de prejuízo da atividade educacional ofertada na Rede Pública de Ensino, ***“não se confundem as hipóteses de suprimento das carências entre cada tipo de contratação (efetiva e temporária).”***

Após discorrer sobre as demais respostas da SE/DF e, diante da falta de objetividade na resposta acerca do cronograma de nomeações, o MPC insistiu que a Pasta enviasse o referido cronograma. Obtendo como resposta que se almeja a realização das nomeações de 100% das vagas ofertadas no edital.

Solicitou-se ainda à SE/DF o envio do quantitativo de vacâncias decorrentes de exoneração, demissão, aposentadoria e falecimento, nos cargos das carreiras de Magistério Público e Assistência à Educação, ocorridas a partir da publicação do Edital nº 31/2022, até outubro de 2023. Ademais, requereu à SEPLAD/DF informações do concurso regulado pelo Edital nº 31/2022 relacionadas à: i) existência de dotação orçamentária e financeira, bem como autorização legislativa para a nomeação dos candidatos aprovados e em qual quantitativo; ii) demanda de candidatos da SEE/DF para o ano de 2023; iii) existência de algum impedimento de natureza administrativa para a nomeação em 2023; e iv) estimativa do quantitativo para nomeação de candidatos para as carreiras Magistério Público e Assistência à Educação para o exercício de 2024. Ressalta que a não obteve resposta da Seplad.

Sem embargo, a par das informações obtidas e dos dados e documentos encaminhados pelos denunciante e, malgrado a SEPLAD/DF não tenha respondido os pontos questionados pelo Parquet, conclui que há, no entendimento Ministerial, fortes indícios de violação aos princípios da legalidade, do concurso público e eficiência, demandando, portanto, a atuação do TCDF.

O órgão ministerial discorre sobre os fundamentos técnicos-jurídicos, com ênfase em manifestações precedentes acerca da impossibilidade de a substituição de servidores efetivos por temporários perpetuar-se no tempo de forma a desvirtuar o caráter provisório e excepcional de tal medida, especialmente por se tratar de prática da Administração Pública tendente a violar a regra do concurso público, insculpida no art. 37, II, da Lei Maior e no art. 19, II, da LODF, além de representar, *in casu*, afronta a direito subjetivo de candidatos aprovados em concurso público.

## 2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Por fim, após ressaltar a importância dos contratos temporários como forma de suprir com rapidez o professor efetivo em afastamentos legais sob pena de solução de continuidade do ensino, tem por premente a necessidade de que sejam apuradas as possíveis falhas existentes nos procedimentos adotados pela SEE/DF para a contratação/manutenção de professores temporários substitutos, em detrimento da convocação dos candidatos aprovados em concurso público, sob pena de desvirtuamento na utilização do instituto da contratação temporária, bem como em demais falhas ligadas ao processo recomposição da força de trabalho efetiva da Pasta visando ao bom e regular desempenho das atividades de ensino e aprendizado.

Nesse panorama, a considerar a gravidade dos fatos narrados, sobretudo diante dos indícios de violação aos princípios da legalidade, do concurso público e da eficiência, e da iminência do término do presente ano letivo e início do próximo em 19 de fevereiro de 2024, o que denota a urgência do trâmite desta Representação, o MPC/DF requer:

- tome conhecimento da presente Representação e dos documentos que a acompanham, tendo em vista o cumprimento dos requisitos exigidos no art. 230, § 2º, do RI/TCDF, determinando seu processamento em autos próprios e conferindo-lhe tratamento prioritário;
- com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, conceda prazo de 10 dias à Secretaria de Estado de Educação, à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração para que apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto aos fatos narrados;
- encaminhe os autos ao Corpo Técnico para instrução, a fim de apurar a existência das irregularidades salientadas nesta Peça, autorizando, desde já, a realização de inspeção, caso se faça necessária.

### Da análise

Ao nosso visto, as informações recebidas pelo *Parquet* apresentam indícios de possível irregularidade no provimento de cargos efetivos no âmbito da SE/DF, notadamente, em face do crescente número de contratações de professores temporários em carências que não primam pela transparência, o que pode ser analisado no âmbito do Controle Externo.

Ademais, considerando as informações da exordial, temos por salutar a oitiva da SEPLAD e da Casa Civil, nos moldes consignado pelo *Parquet* especial, vez que integram o processo de nomeação de professores efetivos concursados.

2.5 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?

SIM

-

2.6 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (§ 6º do art. 230 do RI/TCDF)?

SIM

-

## 3. ANÁLISE:

Requisitos	S/N/NA	Motivação
------------	--------	-----------

3.1 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da <b>jurisdicionada</b> ou <b>interessado</b> , conforme § 7º do art. 230 do RI/TCDF?	SIM	Oitiva da jurisdicionada.
3.2 - Há necessidade de realização de inspeção?	NÃO	A princípio, as informações requeridas da jurisdicionada podem elidir a questão. Entretanto, conforme suscitado pelo MPC, não há prejuízo em que o Tribunal autorize o procedimento fiscalizatório, se necessário for.
3.5 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF?	NÃO	-

#### 4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:

A Representação preenche o pressuposto de admissibilidade previsto no art. 230 do RI/TCDF.

A situação vislumbra indícios de irregularidade que enseja a atuação do Controle Externo, em face de possível ofensa aos princípios da legalidade, da publicidade e da transparência.

Desta feita, sugere-se **o conhecimento da demanda e oitiva** dos órgãos envolvidos.

#### 5. SUGESTÕES:

Diante do exposto, sugere-se:

- I. **conhecer da Representação** (e-doc 13292DAE-e – peça 14), bem como dos anexos que a acompanha, ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF;
- II. dar ciência desta decisão ao ilustre representante do *Parquet*, signatário da exordial;
- III. conceder prazo de **15 (quinze)** dias à SE/DF, Casa Civil e Seplad/DF para, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentarem os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação;
- IV. autorizar:
  - a) o encaminhamento de cópia da Representação (e-doc 56F876A8-e) à SE/DF, à Casa Civil e Seplad/DF para subsidiar o atendimento do previsto no item III precedente;
  - b) o retorno dos autos à SEFIPE para as providências de sua alçada e, se necessário, a realização de inspeção no âmbito da SE/DF.

**ASSINATURA ELETRÔNICA**  
**Jonato de Mesquita Silva**  
Assessor Técnico SEFIPE



## 5. SUGESTÕES:

Senhora Presidente,

De acordo com a manifestação da Assessoria Técnica desta SEFIPE, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “c”, da Resolução-TCDF nº 140/2001.

Brasília-DF, 8 de dezembro de 2023.

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**JOSÉ ROBERTO ALCURI JÚNIOR**  
Secretário de Fiscalização de Pessoal